

À Escola Judicial Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

PROPOSTA E PLANO DE CURSO:
“ABUSO DO PODER E CONDUTAS VEDADAS”

Docente:

Nome	Minicurrículo
Anna Paula Oliveira Mendes	Mestre em Direito da Cidade pela UERJ (2019). Bacharel em Direito pela UERJ (2016), com intercâmbio acadêmico na <i>Universidad Nacional de Colombia</i> . Servidora efetiva do TRE/RJ. Assistente III na Assessoria Jurídica da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral do TRE/RJ (AJVPCRE). Professora da pós-graduação em Direito Eleitoral das seguintes instituições: UERJ, em parceria com o TRE/RJ; IDP; UNIFOR e UERR, em parceria com o TER/RR. Professora da Universidade Iguazu. Autora do livro: “O abuso do poder no direito eleitoral: uma necessária revisitação ao instituto” (Editora Fórum, 2022), e de diversos artigos jurídicos na área. Coordenadora do “Eixo Temático 3 — Propaganda Eleitoral”, da Capacitação Nacional — Ejes (CNEJEs), do TSE. Instrutora de Escolas Judiciárias Eleitorais em cursos para magistrados e servidores. Realizou os módulos 1.1, 1.2 e 2 do curso FOFO (Formação de Formadores), credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Coordenadora Acadêmica da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), no 2023-2025. Editora-chefe do BOLETIM ABRADep



sabereleitoral.cursos@gmail.com



Rua Maestro Francisco Braga, 460, ap. 204,
Copacabana, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 22041-070

(2023-2025).

Participantes: servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral (cartórios e gabinetes de membros das Cortes Eleitorais); magistradas e magistrados eleitorais.

Número de participantes por oficina: até 75 participantes, todos vinculados ao Tribunal contratante.

Modalidade: EAD (plataforma Zoom ou Google Meet, a ser disponibilizada pelo Tribunal contratante).

Carga horária total da disciplina: 12 horas, realizadas de modo síncrono.

Período de realização: 09/07/2024 a 12/07/2024, das 08:30h às 11:30h.

Objeto contratual: 1 (uma) turma, na modalidade EAD síncrona, do curso “ABUSO DO PODER E CONDUTAS VEDADAS”, com até 75 (setenta e cinco) inscritos(as), e carga horária total de 12 horas.

Valor: R\$ 6.438,00 (seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais)¹.

Dados bancários:

████████████████████
██████████
████████████████████

CNPJ: 49.950.329/0001-02

Nome: SABER ELEITORAL

Chave pix: 49.950.329/0001-02

Validade da proposta: 120 dias.

¹ O valor da hora-aula síncrona é de R\$ 536,50.



1. Ementa:

Abuso do poder no direito eleitoral: conceito; proporcionalidade x gravidade; inelegibilidade e impessoalidade. Formas típicas e atípicas de abuso do poder no direito eleitoral. Abuso do poder econômico. Abuso do poder político. Uso indevido dos meios de comunicação social. Abuso do poder religioso. Abuso por disseminação de desinformação. Fraude à cota de gênero e sua análise por meio da Ação de Investigação Judicial Eleitoral e Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIJE e AIME). Condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral. Captação ilícita de sufrágio.

2. Justificativa:

O presente curso se justifica para capacitar magistradas e magistrados; servidoras e servidores a atuarem diretamente nas representações especiais eleitorais, nas ações de investigação judicial eleitoral e ações de impugnação de mandato eletivo em que se discutem as práticas de abuso do poder, condutas vedadas aos agentes públicos e captação ilícita de sufrágio.

3. Objetivo Geral:

Desenvolver a habilidade de identificar, no caso concreto, a ocorrência dos principais ilícitos eleitorais (abuso do poder, conduta vedada e captação ilícita de sufrágio); aplicar as consequências jurídicas que advêm dessas práticas, de acordo com a jurisprudência atual do TSE.

4. Objetivos Específicos:

- Identificar, nos casos submetidos à jurisdição do(a) magistrado(a), a ocorrência de abuso do poder no direito eleitoral e/ou condutas vedadas aos agentes públicos;
- Identificar as formas típicas e atípicas de abuso do poder no direito eleitoral;
- Aplicar corretamente, nos casos submetidos à jurisdição do(a) magistrado(a), a sanção de inelegibilidade e/ou multa;



5. Organização e Desenvolvimento do curso:

A oficina será realizada de forma EAD síncrona, e a metodologia foi organizada de forma a propiciar o protagonismo dos(as) participantes, para que eles possam atingir o objetivo geral do curso.

Ambientação: os(as) participantes serão recepcionados pela tutora, em momento inicial dedicado às apresentações, e serão orientados quanto à metodologia a ser utilizada nas aulas.

Organização dos conteúdos: o curso conterà 4 aulas ao vivo, conforme quadro descritivo abaixo.

Material complementar: será disponibilizado aos participantes material complementar para aprofundamento dos estudos, consistente nos slides utilizados pela tutora durante as aulas, e no inteiro teor das decisões judiciais analisadas.

Formas de interação: serão aplicadas metodologias ativas, com os participantes contribuindo por meio de exposição dialogada, estudos de casos e *brainstorm*.

Atuação e responsabilidade da tutora: promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, e responder às dúvidas das pessoas discentes.

Atuação e responsabilidade dos(as) alunos(as): participar das atividades síncronas, apresentando suas contribuições nas discussões durante a exposição dialogada, estudos de caso e *brainstorm*.



6. Quadro descritivo:

Aulas	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
Aula 1	Abuso do poder no direito eleitoral: conceito; Proporcionalidade x gravidade; Inelegibilidade e impessoalidade.	Por meio de uma exposição dialogada, será exposto o conteúdo da matéria, com apresentação de slides;	3 horas de aula com tutoria síncrona.	Slides elaborado pela tutora com o conteúdo programático e casos concretos.	Observação da participação dos alunos e alunas durante a exposição dialogada e <i>brainstorm</i> .
Aula 2	Formas típicas e atípicas de abuso do poder no direito eleitoral; Abuso do poder econômico; Abuso do poder político; Uso indevido dos meios de comunicação social.	Por meio de uma exposição dialogada, será exposto o conteúdo da matéria; A partir da apresentação de estudos de casos, a turma deverá analisá-los, em conjunto com a tutora, por meio de <i>brainstorm</i> .	3 horas de aula com tutoria síncrona.	Slides elaborado pela tutora com o conteúdo programático e estudos de casos.	Observação da participação dos alunos e alunas durante a exposição dialogada e <i>brainstorm</i> .
Aula 3	Abuso do poder religioso; Abuso por disseminação de desinformação; Fraude à cota de gênero.	Por meio de uma exposição dialogada, será exposto o conteúdo da matéria, com apresentação de slides;	3 horas de aula com tutoria síncrona.	Slides elaborado pela tutora com o conteúdo programático e casos concretos.	Observação da participação dos alunos e alunas durante a exposição dialogada;



Aula 4	<p>Condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral.</p> <p>Captação ilícita de sufrágio.</p>	<p>Por meio de uma exposição dialogada, será exposto o conteúdo da matéria;</p> <p>A partir da apresentação de estudos de casos, a turma deverá analisá-los, em conjunto com a tutora, por meio de <i>brainstorm</i>.</p>	3 horas de aula com tutoria síncrona.	Slides elaborado pela tutora com o conteúdo programático e casos concretos;	Observação da participação dos alunos e alunas durante a exposição dialogada e <i>brainstorm</i> .
--------	---	---	---------------------------------------	---	--

7. Avaliação de reação

A avaliação do curso será realizada pelo Contratante, por intermédio da Escola Judicial, mediante preenchimento da ficha de avaliação que será posteriormente tratada e seus resultados encaminhados para a docente e para os participantes.

8. Avaliação e certificação dos(as) estudantes

A avaliação do(a) estudante será individual e contínua, ou seja, ao longo de todo o curso, e levará em conta participação dos alunos e alunas durante as aulas síncronas, especialmente durante a exposição dialogada, estudo de caso e *brainstorm*.

O certificado de conclusão será disponibilizado, em até 30 (trinta) dias, na plataforma virtual, pelo Contratante, por intermédio da Escola Judicial, a(o)s discentes que obtiverem frequência igual e/ou superior a 75% de participação.

9. Gravações

É permitida a gravação das aulas **apenas** para a posterior disponibilização para os(as) alunos(as) regularmente inscritos(as) na ação de capacitação, pelo prazo de até 3 meses após a conclusão



do curso.

Após o referido prazo, caberá ao Contratante o descarte das gravações e dos materiais fornecidos pela Contratada.

É vedada a disponibilização e reprodução da capacitação para outras pessoas discentes além daquelas regularmente inscritas na turma síncrona.

10. Bibliografia

GOMES, José Jairo. *Direito eleitoral*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZILIO, Rodrigo López. *Direito Eleitoral*. Bahia: Juspodivm, 2022.

AGRA, Walber de Moura. *Manual prático de direito eleitoral*. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum.2018.

MENDES, Anna Paula Oliveira. *O abuso do poder no direito eleitoral: uma necessária revisão ao instituto*. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

ALVIM, Frederico. *O abuso do poder nas competições eleitorais*. Curitiba: Juruá, 2019.

11. Anexos

Os slides e julgados utilizados durante a oficina, pela tutora, serão disponibilizados em formato pdf, após as aulas síncronas.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024.

SABER ELEITORAL CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA.
Por **DANIEL ARAUJO**
Administrador



sabereleitoral.cursos@gmail.com



Rua Maestro Francisco Braga, 460, ap. 204,
Copacabana, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 22041-070